

# *Superior Tribunal de Justiça*

## **RECURSO EM MANDADO DE SEGURANÇA Nº 54.372 - MS (2017/0143295-7)**

**RELATORA** : **MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES**  
**RECORRENTE** : GISELE MARIA BACANELLI  
**RECORRENTE** : JÚLIO CÉSAR GONÇALES DA SILVA  
**RECORRENTE** : DENISE APARECIDA CAMARGO  
**RECORRENTE** : RODRIGO TRELHA DE OLIVEIRA  
**RECORRENTE** : CLÁUDIO MORINIGO RIBEIRO  
**RECORRENTE** : JAQUELINE DIAS  
**RECORRENTE** : LEANDRO COLOMBO PEDRINI  
**RECORRENTE** : BRENO GOMES DE ARRUDA DIAS  
**RECORRENTE** : ELIZABETH QUEIROZ NEGRELLI TSCHINKEL  
**RECORRENTE** : WAGNER VANELLI  
**RECORRENTE** : CIRA CLAIR HORING NANTES  
**RECORRENTE** : VANESSA VASCONCELOS GALVÃO MIRANDA  
**RECORRENTE** : EDI CARLOS DOUGLAS MAZINI  
**ADVOGADO** : RONALDO DE SOUZA FRANCO - MS011637  
**RECORRIDO** : ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL  
**PROCURADOR** : NATHÁLIA DOS SANTOS PAES DE BARROS E OUTRO(S) - MS010233

### **DECISÃO**

Trata-se de Recurso Ordinário em Mandado de Segurança, interposto por GISELE MARIA BACANELLI e outros, com fundamento no art. 105, II, **b**, da Constituição Federal, contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Mato Grosso do Sul, que denegou a segurança postulada pela parte ora recorrente, nos termos da seguinte ementa:

"MANDADO DE SEGURANÇA – CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO – PROFESSORES, COM CARGA HORÁRIA DE 20 HORAS NO MUNICÍPIO DE CAMPO GRANDE E MAIS 20 HORAS NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, INVESTIDOS NA FUNÇÃO DE DIREÇÃO ESCOLAR E CEDIDOS AO ESTADO, COM ÔNUS PARA A ORIGEM (MUNICÍPIO) – PRETENSÃO DE RECEBER MAIS 20 HORAS, TOTALIZANDO 60 HORAS SEMANAIS POR CONTA DO CARGO DE DIREÇÃO – IMPOSSIBILIDADE – CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO MÚTUA SAD/MS 01/2015 ENTRE OS REFERIDOS ENTES PÚBLICOS – NECESSIDADE DE DECOTAR DA COMPLEMENTAÇÃO DA CARGA HORÁRIA (VERBA Nº 45) O VALOR DA REMUNERAÇÃO SOB ENCARGO DA MUNICIPALIDADE – INEXISTÊNCIA DE

# *Superior Tribunal de Justiça*

## DIREITO LÍQUIDO E CERTO – ORDEM DENEGADA.

I - O servidor público municipal (professor), detentor de cargo público com jornada de trabalho de 20 (vinte) horas semanais, cedido ao Estado em convênio de cooperação mútua, com ônus para a origem, que, cumulativamente, ocupa cargo público na rede estadual de ensino correspondente à jornada de 20 (vinte) horas semanais, quando no exercício da função de Direção escolar, deve receber remuneração compatível com a jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais (art. 76 da LC n. 87/2000).

II - Em decorrência do referido convênio de cooperação mútua firmado entre Estado e Município, no cálculo da complementação de direção escolar (rubrica 45), é indispensável ser levado em conta o valor do cargo da municipalidade, devendo ser contabilizado e decotado da verba complementar o valor relativo à remuneração lançada no contracheque emitido pela municipalidade, acrescentando-se, ao final, o valor correspondente à gratificação de função específica" (fls. 221/222e).

Nas razões do Recurso Ordinário, a parte ora recorrente sustenta, em síntese, o equívoco do acórdão regional e, conseqüentemente, a ilegalidade do ato apontado como coator, na medida em que: a) "Os impetrantes não pretendem receber do estado recorrido por 60 horas semanais e trabalhar 40 horas semanais, mas trabalhar 40 horas para o Estado recorrido e deste Estado recorrido receber o equivalente por 40 horas semanais"; b) "Resta cristalino que o Estado recorrido confessou expressamente que não há despesa para o Estado a cedência dos recorrentes do município para este, já que segundo ele a cláusula 5.1 permite que o Estado retenha para si estes valores na transferência da cota Parte do ICMS"; c) "A remuneração legal devida pelo Estado recorrido para com os recorrentes, na condição de diretores escolares, é a remuneração equivalente ao CARGO ESTADUAL de 40 horas semanais, sem contabilizar a remuneração do CARGO MUNICIPAL de que são também titulares" (fls. 248/253e).

Por fim, requer "A reforma do acórdão recorrido para conceder a ordem e declarar ilegal o ato coator, determinando ao Estado recorrido que remunere os impetrantes/recorrentes no cargo estadual de dirigentes escolares com remuneração equivalente a 40 horas, de acordo com sua classe e nível do cargo estadual, expressamente consignado no artigo 76 da LC 87/2000, se abstendo expressamente de descontar desta obrigação a remuneração recebida pelos impetrantes/recorrentes do município de Campo Grande por outro cargo de professor em regime de acumulação legal" (fls. 259e).

Contrarrazões a fls. 271/281e.

Em seu parecer (fls. 288/294e), o Ministério Público Federal manifestou-se

# *Superior Tribunal de Justiça*

pelo não provimento do Recurso Ordinário, nos termos da ementa a seguir:

"ADMINISTRATIVO. RECURSO EM MANDADO DE SEGURANÇA. SERVIDOR PÚBLICO. PROFESSORES MUNICIPAIS CEDIDOS PELO MUNICÍPIO DE CAMPO GRANDE TAMBÉM COM VÍNCULO COM O ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL. JORNADA DE 20 (VINTE) HORAS PELO MUNICÍPIO DE CAMPO GRANDE E 20 (VINTE) HORAS PELO ESTADO. TOTAL DE 40 (QUARENTA) HORAS SEMANAIS EFETIVAMENTE TRABALHADAS. OCUPAÇÃO DE CARGO DE DIRIGENTE ESCOLAR. ARTS. 75 E 76, DA LEI COMPLEMENTAR 87/2000. DETERMINAÇÃO LEGAL PARA O RECEBIMENTO DO EQUIVALENTE À JORNADA DE 40 (QUARENTA) HORAS SEMANAIS. VERBA DE COMPLEMENTAÇÃO DE JORNADA. COM O RECEBIMENTO DO EQUIVALENTE À 60 (SESENTA) HORAS SEMANAIS. IMPOSSIBILIDADE. ENRIQUECIMENTO ILÍCITO. DIREITO LÍQUIDO E CERTO NÃO COMPROVADO. PARECER PELO DESPROVIMENTO DO RECURSO ORDINÁRIO" (fl. 288e)

## **A irresignação não merece conhecimento.**

Conforme se depreende da petição inicial do **mandamus**, o recorrente impetrou o presente remédio constitucional contra ato omissivo do Exmo. Senhor SECRETÁRIO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO, objetivando o recebimento, pelo Estado de Mato Grosso do Sul, de remuneração equivalente a 40 horas, de acordo com sua classe e nível, na forma do artigo 76 da LC 87/2000, se abstendo a autoridade coatora de se utilizar do valor da remuneração paga pelo município de Campo Grande aos impetrantes para alcançar tal desiderato.

O Tribunal de origem, ao denegar a concessão da segurança, o fez sob os seguintes fundamentos:

"Pelo que se depreende da inicial, os impetrantes são professores da rede estadual, detentores de cargo de 20 horas e foram alçados, mediante eleição, aos cargos de diretores escolares da rede estadual de ensino.

Os impetrantes também são professores da rede municipal de ensino, detentores de outro cargo de 20 horas, os quais foram cedidos pelo Município de Campo Grande ao Estado, com ônus ao referido Município.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Sustentam, no writ, que a acumulação de tais cargos é constitucional, podendo acumular até 60 (sessenta) horas/aula, conforme dispõe o § 8º do art. 51 da Lei n. 2.065, de 29.12.1999.

Ainda de acordo com os autores, a Lei Complementar n. 87/2000, em seu art. 76, determina que o professor da Rede Estadual de Ensino deve receber do Estado de Mato Grosso do Sul, na função de dirigente escolar, remuneração equivalente a 40 horas semanais (denominada “complemento de carga horária-verba 45” [código de recebimento]), de acordo com o seu nível e classe, acrescido da respectiva gratificação de função, conforme redação dada pelo art. 3º da Lei Complementar n. 97, de 26.12.2001.

Os impetrantes salientam que, ao cumprir a obrigação estabelecida na Lei Complementar n. 87/2000 (de remunerar o Diretor Escolar com o equivalente a 40 horas), a autoridade impetrada está, indevidamente, contabilizando o que o Município de Campo Grande lhes paga, todavia, tal remuneração refere-se a outro vínculo com ente federativo distinto. Analisando detidamente a documentação trazida aos autos e as normas legais aplicáveis à espécie, cheguei à conclusão de que os impetrantes não dispõem do direito líquido e certo alegado.

**De acordo com os documentos de págs. 49 a 115, os impetrantes cumprem 40 horas semanais de exercício de atividade escolar de Diretores (20 horas no Município e 20 horas no Estado). Portanto, não cumprem a carga horária de 60 horas.**

Consoante os arts. 75 e 76 da LC n. 87/2000, com a redação dada pela Lei Complementar n. 97/2001, ao assumirem o cargo de direção, os autores não podem sofrer prejuízo em seus vencimentos, vantagens e direitos, sendo-lhes assegurado o seu retorno ao cargo e local de origem após o término do mandato, e, enquanto no exercício tais funções, continuam a perceber remuneração equivalente a 40 (quarenta) horas semanais, de acordo com o seu nível e classe, acrescido da respectiva gratificação de função.

Com efeito, como os próprios autores informam na inicial, eles foram cedidos ao Estado de Mato Grosso do Sul pelo Município de Campo Grande, com ônus para este.

Na prática, o que os impetrantes desejam é receber além das 40 horas semanais que fazem jus por Lei, pelo fato de terem assumido cargo de direção mais 20 horas semanais, referentes à carga horária do Município de Campo Grande.

Baseiam-se no fato de que os diretores escolares reeleitos e que já eram dirigentes em 2015 estavam recebendo a referida

complementação de carga horária (verba 45).

Todavia, o Estado, no exercício do direito de rever os próprios atos (Súmula n. 473 do STF) 1, reconheceu a irregularidade de tais pagamentos, tomando diversas providências no sentido de corrigir tais distorções, entre elas providenciou a instauração de Processos Administrativos individualizados com relação aos Diretores antigos reeleitos, com o objetivo de realizar levantamento nominal da situação de cada um deles, garantindo-lhes o direito ao contraditório e à ampla defesa, com vistas às futuras correções no pagamento de suas verbas remuneratórias.

Quanto aos novos Diretores que foram sendo admitidos, o Estado passou a pagar-lhes o valor que entendia correto, conforme orientação da Procuradoria Geral do Estado, órgão competente para a interpretação das leis e atos normativos do Poder Executivo Estadual, por intermédio da Manifestação PGE/MS/CJUR-SAD/Nº 015/2015 Decisão PGE/MS/GAB/Nº 113/2016.

Reproduzo, para efeitos didáticos, a manifestação da autoridade apontada como coatora, cujos argumentos adoto como razões de decidir, por expressarem o melhor direito:

'Por outro lado, em nenhum momento a norma LCE 87/2000 estabelece como verba remuneratória a 'complementação de carga horária' para os profissionais de educação básica no exercício da função de dirigente escolar; estatui apenas que a remuneração para esta função será equivalente a 40 horas semanas, o que prevê o art. 76.

(...)

Tal denominação complementação de carga horária foi gerada apenas e tão somente para fins de sistema de folha de pagamento. Não se trata de uma verba remuneratória autônoma, prevista em lei e que lhe seja assegurada a sua percepção ou direito a ela.

(...)

A Lei Complementar Estadual n. 87, de 31 de janeiro de 2000, que dispõe sobre o 'Estatuto dos Profissionais da Educação Básica do Estado de Mato Grosso do Sul', em seu art. 23, inciso II, e art. 76, e o Decreto Estadual n. 13.770, de 19 de setembro de 2013, que trata da 'estrutura de funcionamento das unidades escolares da Rede Estadual de Ensino', no art. 45, regulamentam o exercício da função de Direção Escolar, sua carga horária e remuneração nos seguintes termos:

(...)

# *Superior Tribunal de Justiça*

Os servidores impetrantes, conforme já relatado, ocupam 2 (dois) cargos de professor de 20h, sendo um no Estado de Mato Grosso do Sul e outro, no Município de Campo Grande.

Os mesmos foram cedidos para o Estado, ou seja, foram cedidos com o cargo que ocupam professor 20h. Trouxeram com a cedência a carga horária do cargo ocupado no Município.

Assim, o servidor municipal detentor de cargo público com jornada de trabalho de 20 (vinte) horas semanais cedido ao Estado 'com ônus para a origem', e que, cumulativamente, ocupa cargo público na rede estadual de ensino correspondente à jornada de 20 (vinte) horas semanais, quando no exercício da função de Direção Escolar, deve receber remuneração compatível com a jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais (art. 76 da LC 87/2000).

Todavia, no cálculo da remuneração (se for o caso), deve ser levado em conta o valor a cargo da municipalidade, ou seja, deve ser contabilizado e decotado da complementação da carga horária o valor relativo a remuneração lançada no contracheque emitido pela municipalidade, acrescentando-se ao final, o valor correspondente à Gratificação de Função específica.

Isto está respaldado por convênio de cooperação mútua firmado pela Administração Pública Estadual com o Município de Campo Grande, com fundamento legal na Constituição Federal de 1988, Lei Federal n. 8.666, de 21 de junho de 1993, além de legislações específicas, com suas alterações posteriores, quais sejam, Lei Estadual n. 1.102, de 10 de outubro de 1990, Decreto Estadual n. 11.261 de 16 de junho de 2003 e Decreto Estadual n. 13.658, de 19 de junho de 2013.

É o que estabelece o Acordo de Cooperação Mútua SAD/MS/N. 01/2015, publicado no DOE n. 8.856, de 5.2.2015, p. 4, cuja cópia consta nos autos, que tem por objeto o estabelecimento de cooperação mútua de cedência de pessoal, promovendo o intercâmbio especializado e técnico, desenvolvendo efetiva conjugação de esforços para a obtenção de resultados significativos no que concerne aos critérios estabelecidos e de acordo com a conveniência administrativa, conforme Cláusula Primeira, e estabelece o ressarcimento das despesas, constante na Cláusula Quinta.

Da mesma maneira que o Estado recebe servidores do Município de Campo Grande, como é o caso dos impetrantes, o

Município também tem servidores do Estado cedidos para prestar serviços no âmbito municipal (professores estaduais também exercem funções de diretores de escolas municipais), o que demonstra a RECIPROCIDADE QUE o acordo autoriza, como se verifica nas recentes cedências de professores da rede estadual para o Município de Campo Grande publicadas no DOE nº 9.236, de 23.8.2016, p. 50, 55 e 56, conforme documentos anexos.

Equivocam-se os impetrantes ao afirmarem que apenas o Município tem o dever de ressarcir o Estado. NÃO É ISTO O QUE DIZ A CLÁUSULA QUINTA do Convênio, que trata do Ressarcimento entre os partícipes. A Subcláusula 5.1 preceitua que haverá retenção do valor devido quando do repasse efetuado pelo Estado para o Município das transferências de ICMS. Ou seja, o Estado reterá o valor correspondente às cedências de servidores cedidos para o Estado com ônus para a origem.

Assim, nas hipóteses de cedências, com ônus para a origem, decorrentes de Convênios de Cooperação Mútua, em que estejam presentes os mecanismos de contrapartidas, deve ser decotada, da complementação paga com base no vencimento-base do cargo estadual (rubrica 45), a parcela correlata à remuneração do cargo da municipalidade, sob pena de burla ao valor para a função de Diretor Escolar fixado no art. 76 da LC 87/2000, de modo que haja efetivo cumprimento das disposições legais e tratamento isonômico dos servidores públicos que desempenham a mesma função.

Não há qualquer absurdo nesta conclusão, como querem crer os impetrantes.

Tal entendimento está respaldado pelas normas constitucionais, que vedam a acumulação remunerada de cargos, empregos e funções (art. 37, XVI e XVII, da CF), porquanto, prevalecendo a tese dos impetrantes, estar-se-ia admitindo a tríple remuneração'.

(...)

Extrai-se do parecer da eminente Procuradora de Justiça, em substituição legal, os seguintes suprimentos que se afinam com o ponto de vista exarado pelos impetrados, a saber:

'No caso em apreço, os impetrantes alegam que possuem direito líquido e certo ao recebimento da verba 'complemento de carga-horária verba 45'', em razão de titularizarem cargos da

rede estadual e municipal de ensino e terem sido designados para a função de Diretores Escolares (Resolução 'P' SED n. 2, de 5 de janeiro de 2016 fl. 47).

Todavia, em que pesem os argumentos despendidos pelos impetrantes, entendemos que a segurança deve ser denegada.

(...)

**Tal interpretação está correta, pois, caso os impetrantes recebessem o valor da 'complementação de carga-horária verba 45', sem o decote do que já recebem pelo Município de Campo Grande (com ônus para a origem), estariam ganhando remuneração por um trabalho não realizado, eis que receberiam por um total de 60 (sessenta) horas semanais 40 horas do Estado (20h regulares + 20h do Município (20 horas de exercício em colégio estadual, mas com ônus de pagamento que compete à municipalidade) trabalhando apenas 40 (quarenta) horas, o que não se pode admitir.**

**(...) caso fosse procedido o complemento da verba que os impetrantes entendem devido, receberiam remuneração por um trabalho total de 60 (sessenta) horas, o que poderia resultar até mesmo na hipótese de enriquecimento sem causa.**

(...)

Não se desconhece a possibilidade de o servidor exercer, acumuladamente, o cargo de professor dentro do limite de 60 (sessenta) horas semanais, todavia, é necessário que tal acumulação se dê nos moldes do art. 37, XVI, da CF, isto é, desde que haja compatibilidade de horários e que se dê, no máximo, entre 2 (dois) cargos.

**De todo modo, independentemente da discussão acerca da possibilidade, ou não, de cumulação de funções ante o ordenamento jurídico, o fato é que realmente não há direito líquido e certo de os autores receberem o valor equivalente a 60 (sessenta) horas, quando, em realidade, trabalham 40 (quarenta) horas semanais" (fls. 231/236e).**

Contudo, do exame das razões recursais de fls. 245/259e, observa-se que a parte ora recorrente furtou-se de impugnar específica e suficientemente todos fundamentos em que se pautou o acórdão recorrido, especialmente aquele que entendeu que "independentemente da discussão acerca da possibilidade, ou não, de cumulação de



# *Superior Tribunal de Justiça*

funções ante o ordenamento jurídico, o fato é que realmente não há direito líquido e certo de os autores receberem o valor equivalente a **60 (sessenta) horas, quando, em realidade, trabalham 40 (quarenta) horas semanais**" (fl. 236e), porquanto, caso o recebessem, **estariam ganhando remuneração por um trabalho não realizado, o que levaria ao enriquecimento ilícito por parte dos impetrantes.**

Nesse diapasão, aplica-se à espécie o entendimento segundo o qual "a **Súmula 283/STF** prestigia o princípio da dialeticidade, por isso não se limita ao recurso extraordinário, também incidindo, por analogia, no recurso ordinário, quando o interessado não impugna, especificamente, fundamento suficiente para a manutenção do acórdão recorrido" (STJ, AgRg no RMS 44.108/AP, Rel. Ministra DIVA MALERBI (Desembargadora Federal convocada TRF/3ª Região), SEGUNDA TURMA, DJe de 18/12/2015).

No mesmo sentido:

"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA. SERVIDOR PÚBLICO DISTRITAL. ALEGADA OMISSÃO DO PODER PÚBLICO QUANTO AO PAGAMENTO DE COMPLEMENTAÇÃO SALARIAL E VPNI. SEGURANÇA DENEGADA, PELO TRIBUNAL DE ORIGEM, EM FACE DA AUSÊNCIA DE PROVA PRÉ-CONSTITUÍDA DO ALEGADO DIREITO LÍQUIDO E CERTO. **AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO AO FUNDAMENTO DO ACÓRDÃO. OFENSA AO PRINCÍPIO DA DIALETICIDADE. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 283/STF, POR ANALOGIA. INOVAÇÃO, EM SEDE DE AGRAVO REGIMENTAL. IMPOSSIBILIDADE. PRECLUSÃO CONSUMATIVA. AGRAVO INTERNO IMPROVIDO.**

I. Trata-se de Agravo interno, interposto contra decisão monocrática publicada em 26/04/2016, que, por sua vez, decidira recurso interposto contra acórdão publicado na vigência do CPC/73.

II. Na forma da jurisprudência desta Corte, 'a Súmula 283/STF é aplicável aos recursos ordinários' (STJ, RMS 46.487/CE, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, DJe de 18/08/2016).

III. Caso concreto em que, nada obstante o Tribunal de origem houvesse denegado a segurança, ao fundamento de inexistência de comprovação do direito líquido e certo alegado - uma vez que os documentos colacionados aos autos evidenciariam que a parte impetrante percebe remuneração superior ao cargo paradigma, inexistindo, portanto, defasagem remuneratória -, nas razões do Recurso Ordinário a parte agravante limitou-se a tecer considerações

genéricas acerca da legislação aplicável à espécie. Incidência da Súmula 283/STF, por analogia.

(...)

V. Agravo interno improvido" (STJ, AgInt no RMS 46.775/DF, Rel. Ministra ASSUSETE MAGALHÃES, SEGUNDA TURMA, DJe de 14/10/2016).

**"ADMINISTRATIVO. CONCURSO PÚBLICO. OUTORGA DE DELEGAÇÕES NOTORIAIS. FUNDAMENTO AUTÔNOMO NÃO ATACADO. DEFICIÊNCIA NA FUNDAMENTAÇÃO. SÚMULA 283 E 284 DO STF. EXIGÊNCIA EDITALÍCIA NÃO CUMPRIDA. AUSÊNCIA DE DIREITO LÍQUIDO E CERTO.**

1. Cuida-se, na origem, de Mandando de Segurança impetrado contra ato do Presidente da Comissão de Concurso para Outorga de Delegações Notariais e Registrais no Estado do Paraná objetivando o afastamento da exclusão do ora recorrente do referido certame, garantindo a sua participação nas demais fases do concurso.

2. A Corte de origem denegou a segurança por entender que 'já logram superadas as demais etapas classificatórias do Concurso, com a realização inclusive da prova oral, de modo que o eventual acolhimento do presente pleito não traria nenhum proveito ao Impetrante.' (fl. 183, e-STJ).

3. Contudo, esse argumento não foi atacado pela parte recorrente e, como é apto, por si só, para manter o decisum combatido, permite aplicar na espécie, por analogia, os óbices das Súmulas 284 e 283 do STF, ante a deficiência na motivação e a ausência de impugnação de fundamento autônomo.

(...)

6. Recurso Ordinário não provido" (STJ, RMS 51.337/PR, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe de 10/10/2016).

**"PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL. DEMISSÃO. DIVÓRCIO ENTRE AS RAZÕES RECURSAIS E O TEOR DO ACÓRDÃO RECORRIDO E DA CONTROVÉRSIA DE FUNDO. SÚMULAS 283 E 284/STF. APLICABILIDADE. PRECEDENTES. NÃO CONHECIMENTO.**

1. Recurso ordinário interposto contra o acórdão que denegou a segurança no pleito mandamental impetrado contra ato judicial que visava combater acórdão que decidiu controvérsia de suspensão de segurança; o impetrante alegava que seria a única via possível.

2. Da leitura atenta dos autos se infere que o debate de fundo está relacionado com a pretensão autoral de reapreciar questão ligada a processo disciplinar, e essa dissonância de razões em recorrer atrai a

aplicabilidade das Súmulas 283 e 284/STF, por analogia: 'Se as razões recursais não infirmam os fundamentos do acórdão guerreado, incide, por analogia, o disposto nos enunciados nº 283 e 284 do Supremo Tribunal Federal' (AgRg no RMS 48.307/SP, Rel. Ministra Maria Thereza de Assis Moura, Sexta Turma, DJe 17.8.2015.).

3. A Súmula 283/STF é aplicável aos recursos ordinários, como bem se identifica na jurisprudência do STJ. Precedentes: AgRg no RMS 33.036/SC, Rel. Ministra Regina Helena Costa, Primeira Turma, DJe 30.6.2016; AgRg no RMS 44.108/AP, Rel. Ministra Diva Malerbi (Desembargadora convocada TRF 3ª Região), Segunda Turma, DJe 18.12.2015; AgRg no RMS 41.529/DF, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 24.11.2015; e AgRg no RMS 20.451/RS, Rel. Ministro Ericson Maranhão (Desembargador convocado do TJ/SP), Sexta Turma, DJe 4.9.2015.

Recurso ordinário não conhecido" (STJ, RMS 46.487/CE, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, DJe de 18/08/2016).

**"AGRAVO REGIMENTAL. PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA. RAZÕES RECURSAIS GENÉRICAS. NÃO IMPUGNAÇÃO DOS FUNDAMENTOS DO ACÓRDÃO RECORRIDO. COMPREENSÃO DA CONTROVÉRSIA. IMPOSSIBILIDADE.**

**1. A mera e genérica reiteração dos argumentos desenvolvidos na petição inicial ou a simples transcrição de trechos da decisão recorrida, sem que o recorrente indique ou especifique as razões de sua discordância com o julgado, não são suficientes para o conhecimento do recurso.**

2. Agravo regimental desprovido" (STJ, AgRg no RMS 36.275/SP, Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, TERCEIRA TURMA, DJe de 28/06/2013).

**"AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA. DECISÃO QUE NEGA PROVIMENTO A MANDADO DE SEGURANÇA. INEXISTÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO A TODOS OS ARGUMENTOS DA DECISÃO RECORRIDA. SÚMULA 283/STF.**

1. Não havendo insurgência, nas razões do recurso ordinário em mandado de segurança, contra todos os fundamentos utilizados pela Corte de origem para denegar a ordem, atraindo-se, à espécie, a aplicação da Súmula 283 do Supremo Tribunal Federal.

2. 'A Súmula nº 283 do STF prestigia o princípio da dialeticidade, por isso não se limita ao recurso extraordinário, também incidindo, por analogia, no recurso ordinário, quando o interessado não impugna,

# *Superior Tribunal de Justiça*

especificamente, fundamento suficiente para a manutenção do acórdão recorrido' (AgRg no RMS 30.555/MG, Rel. Ministro OG FERNANDES, Sexta Turma, DJe 01/08/2012).

3. Agravo regimental não provido" (STJ, AgRg no RMS 43.829/SP, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, DJe de 20/11/2013).

Com efeito, à luz do princípio da dialeticidade, constitui ônus do recorrente expor, de forma clara e precisa, a motivação ou as razões de fato e de direito de seu inconformismo, impugnando os fundamentos da decisão recorrida, de forma a amparar a pretensão recursal deduzida, requisito essencial à delimitação da matéria impugnada e consequente predeterminação da extensão e profundidade do efeito devolutivo do recurso interposto, bem como à possibilidade do exercício efetivo do contraditório.

Ante o exposto, com fundamento no art. 34, XVIII, **a**, do RISTJ, **não conheço** do presente Recurso Ordinário.

I.

Brasília (DF), 25 de novembro de 2019.

MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES

Relatora